

# Devedores latinos furam acordo

Paris — A poucos dias da reunião de cúpula dos países devedores da América Latina, os interesses do governo e dos grandes bancos dos Estados Unidos parecem se fortalecer. Segundo as informações procedentes de diversas capitais, os observadores em Paris estimam que parece estar se afastando a possibilidade de os latino-americanos estabelecerem uma plataforma comum destinada a frear o processo de empobrecimento que afeta a região por causa dos atuais mecanismos de pagamento da dívida externa.

A decisão mais notável a favor da política econômica dos Estados Unidos foi tomada este fim-de-semana no Brasil, um dos principais causadores da rebelião latino-americana. Os grandes bancos, que na prática se associam para negociar seus empréstimos aos países do Terceiro Mundo, rejeitam a eventualidade de que os países devedores possam procurar plataformas comuns de entendimento para defender seus interesses. Insistem, em troca, em que os países latino-americanos devem se apresentar isolados para renegociar o pagamento de suas dívidas com os bancos credores.

O ministro da Fazenda, Ernane Galveás, que recentemente negou na capital francesa uma parte da dívida brasileira com representantes de governos credores — agrupados no "Clube de Paris" —, declarou que a negociação da dívida externa entre governos "é uma brincadeira sem graça dos que não conhecem os mecanismos do mercado financeiro internacional".

Entre os que propõem a associação dos países latino-americanos e a negociação entre governo figuram especialistas de diversos organismos internacionais, representantes dos bancos internacionais, e o ex-

chanceler da Alemanha Ocidental, Helmut Schmidt.

Schmidt declarou há três semanas em Miami, Estados Unidos, que os países latino-americanos deveriam associar-se para obter melhores condições de pagamento dos grandes bancos. Além disso, esta semana, em Caracas, Pedro P. Kuczinsky, presidente do banco norte-americano First Boston Internacional, declarou que a reunião de cúpula de Cartagena deveria exigir a participação dos governos dos países industrializados no problema do endividamento regional.

Os latino-americanos — acrescentou — deveriam falar claramente em Cartagena que estão dispostos a pagar suas dívidas e, ao mesmo tempo, pedir que se ponha um final à alta das taxas de juros e que se estabeleça um refinanciamento das dívidas a longo prazo, pelo menos de 10 anos.

Versões recolhidas em círculos especializados do Brasil concluem que Brasília desejará obter individualmente o máximo de vantagens de sua reativação econômica e da pressão coletiva da cúpula de Cartagena, em vez de se incorporar a uma associação de países empobrecidos com ameaça de ruptura com os credores. Esta hipótese foi confirmada por Tarcísio da Rocha, diretor de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, o qual declarou que o Brasil tentará conseguir facilidades de pagamento de sua dívida superiores aos que os bancos deram recentemente ao México.

Observadores da situação do Brasil destacam que sua presença junto aos outros devedores no limite da ruptura, como a Argentina, explica-se, também, pela necessidade do regime militar participar de movimento coletivo que alivie as pressões bancárias.